



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682251 - RJ (2021/0231562-9)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : JUNIOR DA SILVA SOUZA (PRESO)
PACIENTE : DANIEL RODRIGUES ROSA (PRESO)
CORRÉU : ANA CAROLINE REIS MOREIRA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JÚNIOR DA SILVA SOUZA e DANIEL RODRIGUES ROSA em que aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (Apelação Criminal n. 0028068-24.2018.8.19.0066).

Os pacientes tiveram as seguintes condenações:

1) JÚNIOR DA SILVA SOUZA, penas de 9 anos e 25 dias de reclusão em regime inicialmente fechado, e 875 dias-multas, pelo cometimento do crime tipificado no art. 33, *caput* c/c 40, III, da Lei nº 11.343/2006, na forma do art. 69 do Código Penal;

2) 7 anos, 9 meses e 10 dias de reclusão, em regime inicialmente fechado, e 750 dias-multas, pelo cometimento do crime tipificado no art. 33, *caput* c/c 40, III, da Lei nº 11.343/2006, na forma do art. 69 do Código Penal.

A impetrante sustenta, em síntese, nulidade das provas decorrentes da violação de domicílio, impossibilidade de valoração negativa da personalidade com base na folha de antecedentes criminais e a ausência de reconhecimento da atenuante da confissão (para ambos os pacientes) e sua compensação com a agravante da reincidência (paciente JÚNIOR DA SILVA SOUZA)

Requer:

"seja deferida liminar para que os Pacientes aguardem o julgamento de writ em liberdade, eis que presentes os pressupostos autorizadores. No mérito, requer a concessão da ordem para reconhecer a nulidade do processo ante aflagrante

violação de domicílio levada a efeito pelos policiais que efetuaram a prisão, que culminou com a ilicitude da prova obtida, e a consequente absolvição dos Pacientes do delito imputado na denúncia.

Subsidiariamente, busca:a) a redução da pena-base a patamar mais próximo do mínimo legal;b) o reconhecimento da atenuante da confissão, para ambos os Pacientes, e a consequente compensação com a agravante da reincidência no que se refere ao Paciente Junior." fl. 19.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, "por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório" (AgRg no HC n. 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência